

ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA



Câmara Municipal da Horta



Ano Financeiro de 2007

Plano de Actividades	Aprovado - Reuniões	
	Câmara	Assembleia Municipal
Data	07-12-2006	15-12-2006



ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM SETE DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E SEIS

Aos sete dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, nesta cidade da Horta, edifício dos Paços do Concelho e Sala das Reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava o Senhor Orlando Lourenço da Rosa, Vice-Presidente da Câmara Municipal da Horta, sendo catorze horas e trinta minutos, compareceram os Vereadores senhores, Helena Maria Valente Reis, José Eduardo Decq Mota, Maria do Céu Barroca de Brito, Luís Carlos Correia Garcia e Esmeralda Marina Rodrigues Leitão Escobar, a fim de se realizar a reunião ordinária da Câmara Municipal da Horta.

Secretariou a Chefe de Secção, Zélia Maria Mourinho Nunes Correia.

Sendo a hora designada e verificado o quorum, o senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, tendo procedido à leitura da acta da reunião anterior, já aprovada em minuta, a qual foi devidamente assinada.

O senhor Presidente, João Fernando Brum de Azevedo e Castro, encontrava-se em viagem tendo chegado um pouco atrasado, tendo conduzido a reunião após a sua chegada.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor Vice-Presidente declarou aberto o período antes da ordem do dia, tendo colocado à consideração da Câmara e com base no disposto no número um do artigo número treze do Regimento a inclusão no período da ordem do dia desta reunião de mais alguns processos de obras cujos requerentes manifestaram urgência na resolução dos mesmos. Colocada à votação a inclusão destes pontos foram aprovados por unanimidade.

Em seguida o senhor Vice-Presidente pôs a palavra à disposição dos senhores Vereadores para apresentação de qualquer pedido de esclarecimento ou outros assuntos de interesse para o Município.

O senhor Vereador Luís Garcia, pediu a palavra ao senhor Vice-Presidente e questionou-o sobre o motivo pelo qual havia muitos consumidores de água a reclamar da facturação com consumos muito elevados, tendo o senhor Vice-

Presidente esclarecido que o mesmo se deveu ao facto de a Firma que processa a facturação de águas, Ambisig, ter perdido os ficheiros com as leituras de águas no mês de Agosto e de o não ter conseguido recuperar a tempo de fazer sair a facturação e por isso ter feito estimativas ao consumo, que por sinal se referia ao mês de maior consumo o que aumentou os escalões, entretanto este problema já foi solucionado, estando os consumidores a descontar o que pagaram a mais nas facturações seguintes.

Os Vereadores do PSD, apresentaram o seguinte protesto, para ficar lavrado na acta:

Protesto

Os Vereadores do PSD têm procurado exercer as suas funções com responsabilidade e com rigor. Procuramos, sempre que tal nos é permitido, estudar os assuntos com profundidade e tomar decisões políticas responsáveis e consequentes. Para tal é preciso não só estar na posse da informação necessária como ter acesso atempado aos documentos. O tempo para nós, Vereadores da oposição é verdadeiramente essencial pois, para além de não estarmos nestes cargos a tempo inteiro e de termos a nossa vida profissional para cumprir, não podemos ter obviamente o mesmo conhecimento dos assuntos e dos documentos que os Vereadores com funções executivas possuem, em resultado do seu contacto diário e permanente com a gestão camarária e de, para além disso, serem, em princípio, participantes na sua elaboração.

Fomos informados na terça-feira passada, dia cinco de Dezembro, à tarde (por volta das dezasseis horas) da ordem de trabalho desta reunião. Por ela, verificámos que teríamos pela frente uma reunião camarária previsivelmente extremamente longa (com mais de cinquenta pontos sobre os quais deliberar) e muitíssimo exigente e complexa, que incluía entre outros os seguintes pontos:

Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e seis – nona modificação;

Grandes Opções do Plano para dois mil e seis – revisão número um;

Orçamento para dois mil e seis – revisão número dois;

Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e sete;

Protocolo de delegação de Competências para dois mil e sete;

Proposta de contratação de empréstimos de curto prazo até ao limite previsto na

lei;

Proposta de contratação de empréstimo de médio prazo;

Proposta de contratação de empréstimo de longo prazo;

Autorização para contratação de empréstimo à empresa municipal UrbHorta, E.M.;

Proposta de Orçamento Provisional para o ano de dois mil e sete da UrbHorta;

Orçamento Rectificativo de 2006 da Empresa Municipal Hortaludus;

Proposta de Orçamento Provisional para o ano de dois mil e sete da Hortaludus;

Proposta de tarifário de resíduos para dois mil e sete;

Proposta de tarifário de água para dois mil e sete.

Na passada segunda-feira, dia quatro de Dezembro, ao final da tarde, tivemos acesso a uma cópia da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e sete, com uma antecedência que consideramos razoável. Mas, na quarta-feira de manhã (às dez horas e trinta minutos) quando nos deslocámos à Câmara para consultar a restante documentação, verificámos que alguma dela não estava ainda disponível e só nos foi entregue cópia da mesma às catorze horas desse dia, ou seja, efectivamente tivemos acesso a muitos documentos apenas vinte e quatro horas antes desta reunião.

Por outro lado, esta concentração de um grande número de assuntos de grande importância política para o Concelho numa só reunião revela uma estratégia que denunciámos e repudiamos ética e politicamente. Com esta atitude a maioria demonstra que para além de não querer envolver e dialogar com a oposição na elaboração dos principais documentos para o desenvolvimento do Concelho, cria obstáculos ao exercício da oposição, não lhe facultando documentos em tempo útil para que os estudem e sobre os quais emitam as suas posições bem fundamentadas, e isso, é, no plano democrático um mau sintoma e no plano político condenável e inaceitável.

Assim e ao abrigo do artigo décimo primeiro do Regimento da Câmara Municipal da Horta, os Vereadores do PSD lavram em acta o seu protesto pela situação atrás descrita.

Horta, sete de Dezembro de dois mil e seis.

(assinados) Luís Garcia e Esmeralda Escobar.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

-----EXPEDIENTE-----

- A Câmara tomou conhecimento dos seguintes assuntos:-----
- Circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses, remetendo projecto de parecer sobre a proposta de Lei do Orçamento do Estado para dois mil e sete.-----
- Circular da Associação Nacional dos Municípios portugueses, remetendo resolução sobre as propostas de Lei das Finanças Locais e Orçamento de Estado para dois mil e sete.-----
- Circular da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, remetendo os documentos das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e sete.-----

- GRUPO FOLCLÓRICO DE PEDRO MIGUEL – ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA

– Foi presente à Câmara um ofício do Grupo Folclórico de Pedro Miguel, sobre o assunto em epígrafe. Considerando a importância do movimento associativo na dinamização sociocultural das comunidades; considerando o trabalho relevante desenvolvido pelo Grupo Folclórico e Etnográfico de Pedro Miguel no fomento de actividades de interesse geral; considerando que esta associação tem um longo historial, com intervenção de grande qualidade, nas áreas do folclore e da etnografia, a Câmara por unanimidade, deu parecer favorável à pretensão do grupo, em adquirir o Estatuto de Utilidade Pública, ao abrigo do ponto dois do artigo quinto do Decreto-Lei número quatrocentos e sessenta barra setenta e sete de sete de Novembro.-----

- GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E SEIS – Por maioria com quatro votos a favor e dois votos contra dos vereadores do PSD, a Câmara deliberou aprovar a nona alteração ao documento em epígrafe.-----

A senhora Vereadora Esmeralda Escobar indagou o senhor Vice-presidente porque era que a Alteração número nove e a Revisão número um das Grandes Opções do Plano, na rubrica Património Municipal-Recuperação, Construção, partem do mesmo saldo inicial (setecentos noventa e seis mil duzentos vinte e nove euros e sessenta e quatro cêntimos – dotação corrigida na alteração número sete) uma vez que uma tem que ter influência no saldo inicial da outra. O mesmo se passando com a Alteração número nove e a Revisão número dois do Orçamento na rubrica Reparação e Beneficiação de Outros edifícios (que partem ambas da dotação

Handwritten notes on the left margin: "Alameda", "Luis Garcia", "E. Costa", "S. Costa".
Handwritten initials at the top right: "F. S.".
Handwritten initials at the top left: "M. Costa".
Handwritten initials at the top center: "L. Costa".
Handwritten initials at the top right: "F. S.".
Handwritten initials at the top left: "M. Costa".
Handwritten initials at the top center: "L. Costa".
Handwritten initials at the top right: "F. S.".

corrigida na Alteração número oito). Foi respondido pela técnica da Câmara, doutora Maria de Jesus, entretanto chamada à reunião, de que como são apresentadas ao mesmo tempo uma não pode influenciar os saldos da outra visto não estarem ainda aprovadas.-----

Esta explicação não satisfaz completamente a vereadora visto que os saldos a aprovar não são os reais, porque não reflectem estas alterações.-----

- GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA DOIS MIL E SEIS – Por maioria com quatro votos a favor e dois votos contra dos vereadores do PSD, a Câmara deliberou aprovar a primeira revisão ao documento em epígrafe.-----

- ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E SEIS – Por maioria com quatro votos a favor e dois votos contra dos vereadores do PSD, a Câmara deliberou aprovar a segunda Revisão ao Orçamento para dois mil e seis.-----

-GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E SETE – O senhor Vice-Presidente fez a apresentação dos documentos presentes, Grandes Opções do Plano e do Orçamento para dois mil e sete, que apresentam o valor de dezassete milhões duzentos vinte e nove mil e trinta euros, tendo salientado que este não era o orçamento desejável, mas o possível, uma vez que tem de contar com a redução das verbas das transferências do Orçamento do Estado. Em seguida colocou-se à disposição dos senhores Vereadores para qualquer esclarecimento que fosse considerado necessário ao que o Vereador Luís Garcia pediu a palavra começando por lamentar a pobreza do plano para dois mil e sete comparando-o com o do ano anterior e concluindo que este ainda era mais pobre. De seguida solicitou esclarecimentos sobre alguns assuntos que faziam parte do plano deste ano que não foram cumpridos e desapareceram do plano para o ano de dois mil e sete, nomeadamente recuperação e adaptação do edifício da antiga biblioteca, aquisição de terrenos para constituírem bolsas de estacionamento, revisão do Plano Director Municipal, plano de estacionamento para a cidade da Horta, pavilhão multiusos, segunda fase do Bairro Fundo Fomento de Habitação, projecto da Arramada, obras de beneficiação do Parque da Alagoa e aquisição do terceiro Mini Bus. A estas questões, o senhor Vice –Presidente informou o seguinte: No que concerne ao edifício da antiga biblioteca a Câmara está a estudar com a Junta de Freguesia da Matriz a possibilidade de instalar lá da sua sede, quanto à aquisição de terrenos

para bolsas de estacionamento e plano de estacionamento para a cidade, a Câmara conjuntamente com a Empresa Municipal URBHORTA, vão fazer investimentos em terrenos para esse fim, quanto ao Plano Director Municipal não vai ser possível avançar no próximo ano pelo facto do mesmo se encontrar ainda atrasado, quanto ao Pavilhão Multiusos está sendo equacionado em conjunto com a Câmara do Comércio e a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos para definir o sítio da sua implantação, a segunda face do Bairro do Fundo Fomento de Habitação e a compra do terceiro mini-bus não vão avançar este ano por questões financeiras.-----

O senhor Vereador Luís Garcia pediu também esclarecimentos sobre os seguintes projectos: Carta educativa do Concelho, mala pedagógica, Plano Municipal de Prevenção de Toxicodependências, a estas questões respondeu a Vereadora Maria do Céu Brito, por serem questões do âmbito do seu pelouro e explicou que a Carta Educativa era uma obrigação legal e que definia a estratégia futura do ensino, quanto ao projecto mala pedagógica vai ser um trabalho a efectuar com as escolas primárias, quanto ao plano municipal de prevenção das toxicodependências, a Câmara vai intervir ao nível da prevenção.-----

O senhor Vereador Luís Garcia questionou ainda sobre cartão único do Concelho, Parque de campismo do Capelo e a parceria com a Assembleia Legislativa para a realização do parque de estacionamento. Como o plano para dois mil e sete ainda prevê pagamentos da escola da Vista Alegre, perguntou para quando o pagamento total dessa obra, o senhor Vice-Presidente interveio e explicou que o cartão único é um cartão que vai ser introduzido pelo Governo da República a começar pelos Açores e que a Câmara vai colaborar em parceria com o Governo em contrato ARAAL, com instalação na Escola Coronel Silva Leal de uma loja do cidadão, que o parque de campismo do Capelo não obteve o financiamento do PRODESA, pelo que se vai candidatar novamente a Fundo Comunitários e que a parceria com a Assembleia Regional para o parque de estacionamento se verifica com a colaboração da cedência dos projectos.-----

O senhor Vereador Luís Garcia continuou dirigindo-se ao senhor Vereador José Decq Mota e perguntou se é finalmente em dois mil e sete que teremos a instalação das ilhas ecológicas, pois na sua opinião esta instalação é bom exemplo da falta de planeamento desta Câmara, em relação ao aterro sanitário uma obra que urge na

